

# XIII

## ENCUENTRO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN

Entre lo local y lo global  
**Actores, saberes  
e instituciones en la  
historia de la educación**



ISBN: 978-607-9087-13-5



Universidad Autónoma de Zacatecas  
Francisco García Salinas

22 - 24 de Agosto de 2012 Zacatecas, Zacatecas México

**A “Educação Rural no México” como referência para o Brasil: um caso de circulação e apropriação de propostas educacionais**

**Rosa Fátima de Souza  
UNESP/ Brasil**

*Iniciada sob feliz inspiração de uma pedagogia de caráter social, a educação rural mexicana, tende, enfim, a desenvolver, de modo mais nítido, um vasto plano de ‘educação fundamental’, em que a ação da escola, e de outros processos de difusão cultural e a do serviço social de grupo, venham a solidarizar-se com os planos de governo, no sentido do progresso material e moral de cada região, admitido sempre, no entanto, o respeito aos princípios democráticos.*

Lourenço Filho

Em 1951, o educador brasileiro M. B. Lourenço Filho realizou uma viagem de estudos ao México a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Simões Filho, com o objetivo de conhecer e avaliar o movimento de educação rural em desenvolvimento naquele país. Como resultado da visita, Lourenço Filho apresentou um relatório circunstanciado intitulado Educação Rural no México.<sup>1</sup> Esse relatório foi divulgado no Brasil para os órgãos da administração do ensino dos vários estados da federação brasileira, foi publicado em periódico educacional de circulação nacional<sup>2</sup> e, em 1961, como um dos capítulos do livro<sup>3</sup> de autoria do educador intitulado Educação Comparada<sup>4</sup>.

Analisar o modo pelo qual a educação rural mexicana tornou-se referência para o Brasil é a finalidade deste texto. Nessa direção buscamos problematizar os aspectos da educação

---

<sup>1</sup> Cf. Lourenço Filho, 1951.

<sup>2</sup> Cf. Lourenço Filho, 1952.

<sup>3</sup> Cf. Lourenço Filho, 1961.

<sup>4</sup> Esta comunicação apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento, Projeto intitulado “História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Edital Universal MCT/CNPq nº 014/2010, Processo nº 480387/2010-9.

mexicana que atraíram a atenção de Lourenço Filho e foram divulgados no país e assinalar as implicações do referencial estrangeiro nas políticas para a educação rural implementadas no Brasil na década de 50.

Este estudo fundamenta-se na literatura sobre educação comparada e internacionalização da educação, especialmente em autores como Steiner-Khamsi (2000), Phillips & Ochs (2003, 2004), Schriewer (2000, 2002), Nóvoa (1998, 2003, 2009) que têm se dedicado à compreensão do problema da alteridade cultural e dos processos de transferência de referenciais educacionais estrangeiros. A fonte principal de pesquisa incide sobre o documento Educação Rural no México elaborado por Lourenço Filho.

### **O problema da educação rural no Brasil**

Nos anos 30 do século XX, mais de 70% da população brasileira ainda residia na zona rural. Apesar dessa concentração populacional no campo, as políticas educacionais continuavam priorizando as zonas urbanas.

O problema da educação rural começou a ser debatido nos anos 20 e tornou-se objeto de interesse do governo federal somente na década de 30. Na Constituição de 1934, o ensino rural foi, pela primeira vez, estabelecido como direito social sendo previsto orçamento anual específico para a sua manutenção. A preocupação com a educação rural esteve associada nesse momento ao projeto autoritário do governo do Presidente Getúlio Dornelles Vargas de modernização da sociedade brasileira. A educação rural foi vista como um meio de contenção do fluxo migratório, de saneamento do interior e de formação técnica (BARREIRO, 1997).

Nas décadas de 40 e 50 intensificou-se no país o debate sobre a educação rural. A necessidade de conter as correntes migratórias do campo para as cidades e de integrar vastas regiões do país, pela Marcha para o Oeste visando a ocupação de vazios demográficos (região Centro-Oeste) inseriu a educação rural na agenda política do Estado.

Em realidade, a melhoria das condições de vida das populações do meio rural foi vista como questão estratégica para o desenvolvimento do país. O Estado brasileiro valeu-se então

da conjuntura internacional do pós Segunda Guerra Mundial para articular políticas específicas para o desenvolvimento do campo. Vários acordos foram celebrados com os Estados Unidos que buscaram conter o avanço do comunismo investindo no desenvolvimento dos países da América Latina. A propósito esclarece Iraíde Barreiro:

Por meio da ONU, os Estados Unidos passaram a trabalhar com o objetivo de garantir a 'ordem social' e preservar o 'mundo livre', lutando para manter um número maior de países sob o seu domínio político, econômico e ideológico. Acreditavam que, na luta ideológica, os povos famintos assimilam melhor a propaganda comunista, quando comparados às nações prósperas. Esse fato levou o governo americano a iniciar, após a Segunda Guerra Mundial, um extenso programa de assistência técnica aos países pobres, especialmente aqueles situados na América Latina (2006, p. 124)

Em 1945, o Brasil firmou Acordo sobre a Educação Rural entre o Ministério da Agricultura e a Inter-American Educational Foundation, Inc. resultando na criação da Comissão Brasileira Americana de Educação das populações Rurais (CBAR). Segundo Barreiro (2006), esse Acordo sugeriu a adoção de missões rurais para o campo e o uso da estratégia de Desenvolvimento de Comunidade institucionalizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) com a deflagração da Guerra Fria. Portanto, a política governamental já vinha se utilizando do referencial externo para legitimar as iniciativas políticas nacionais na área.

Lourenço Filho teve uma longa trajetória de trabalho na esfera da administração federal do ensino. Em 1937, foi nomeado membro do Conselho Nacional de Educação e passou a exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde. Nesse período trabalhou na implantação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, órgão vinculado ao Ministério da Educação, o qual dirigiu até 1946. Ao deixar a direção do INEP, ocupou, pela segunda vez, o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação. Nessa segunda gestão organizou e dirigiu a Campanha Nacional de Educação de Adultos (Cf. Fávero; Brito, 2002).

Em 1949, Lourenço Filho organizou e dirigiu o Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, promovido pelo governo brasileiro, a União Pan-Americana e a UNESCO, realizado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. Nesse seminário os participantes debateram diversos sistemas educacionais nas Américas, especialmente algumas importantes experiências de educação no meio rural.

Foi a partir desse seminário que José Irineu Cabral, Diretor do Serviço de Informação Agrícola e Lourenço Filho, então Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação, propuseram a organização de uma experiência de educação de base no Brasil visando à recuperação e ao desenvolvimento de comunidades rurais. Essa proposição resultou na experiência de Itaperuna, uma missão rural de educação de adultos instituída com a finalidade de “obter o maior número possível de elementos que permitissem indicar, no plano nacional, diretrizes técnicas de processos educativos e assistenciais visando à melhoria das condições de vida econômica e social do meio rural”.<sup>5</sup>

Essa experiência de Itaperuna constituiu-se num dos primeiros passos para a instituição em 1952 da Campanha Nacional de Educação Rural – CNER – fundamentada nos princípios e técnicas do Desenvolvimento de Comunidade e nas missões rurais.

A viagem de estudos de Lourenço Filho ao México pode ser compreendida no contexto dessas iniciativas do governo brasileiro em torno da educação rural.

Em realidade, Lourenço Filho já havia visitado o México anteriormente e participado em 1947 da III Conferência Geral da Unesco. Além disso, teve em 1949, um dos seus livros publicados nesse país. O retorno em 1951 tinha uma finalidade política bem definida. Tratava-se de examinar com profundidade as práticas de educação rural levadas a termo no México, aprender bem as lições para implementar políticas semelhantes no Brasil.

### **A educação rural no México no olhar de Lourenço Filho**

Mais que um relatório de atividades e observações constatadas na visita realizada ao México, Lourenço Filho elaborou um estudo detalhado da educação rural mexicana. É provável que ao adotar essa estratégia discursiva, o educador buscasse oferecer aos leitores brasileiros –

---

<sup>5</sup> Cf. MISSÕES RURAIS DE EDUCAÇÃO..., 1952, p. 10.

políticos, administradores do ensino, educadores e para a sociedade civil, argumentos válidos para justificar a implementação da Campanha Nacional de Educação Rural que estava sendo planejada pelo Ministério da Educação e Saúde, cujo ensaio de experimentação começara a ocorrer nesse mesmo ano, em Itaperuma.

De acordo com o autor, o relatório fora elaborado com o objetivo de oferecer “visão sucinta, mas sempre suficientemente documentada, desse movimento, tentando ademais explicar-lhe as condições de origem e de evolução.” O autor tratou de justificar a relevância do movimento de educação rural estudado. No prefácio assinala o caráter inovador da experiência em curso no México que vinha se processando desde 1921: “um movimento de educação rural, que é apontado como das maiores realizações de pedagogia social já tentadas em qualquer parte do mundo.” (p. V)

No México, Lourenço Filho visitou escolas, examinou documentos oficiais e manteve contato com autoridades educacionais. Como observador experiente na administração do ensino público, avaliou o movimento educacional com arguto olhar comparatista. Não era a primeira vez que o educador brasileiro exercitava a comparação de sistemas educacionais. Em 1935, visitou os Estados Unidos em missão de trabalho encomendada pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal para examinar os padrões norte-americanos de educação (WARDE, 2003).

A educação rural no México sobressaía na opinião do educador pela sua relevância para os estudos de educação comparada por duas razões: em primeiro lugar estava a originalidade do movimento em curso naquele país. Em segundo lugar, destacava-se os processos de ação técnica e de ação pedagógica, especialmente o “serviço social de grupo” mediante a criação de instituições originais como as chamadas “missões culturais” e as “brigadas civilizadoras”.

O exemplo mexicano oferecia interesse também pelo ponto de vista técnico, isto é, pela experiência da concepção de educação fundamental ou educação de base, elaborada pela UNESCO e recomendada para os países da América Latina. Além disso, o movimento era rico em sugestões em relação à política educacional.

Lourenço Filho dividiu o relatório em 4 seções: 1) Origens do movimento do ensino rural, 2) Organização e desenvolvimento de um sistema, 3) Situação atual da educação rural, 4) Tendências, resultados gerais e perspectivas.

Na primeira parte o autor discorre sobre a revolução mexicana de 1910 e a reforma agrária ocorrida nesse país. Ressalta como o movimento enfatizou o lema “tierra y escuela” “único na história das revoluções de todo o mundo.” Afirma também que alguns líderes mexicanos acariciavam a idéia de “tentar uma profunda reforma dos costumes através da escola” e que o movimento revolucionário buscou a afirmação de uma pedagogia social.

A atuação de José Vasconcelos foi ressaltada pela criação do Departamento de Educação e Cultura Indígena e a implementação das missões culturais. Para Lourenço Filho, o ensino rural no México não partiu de uma teoria pedagógica perfeitamente elaborada e sim de uma experimentação sob a forma de um grande ensaio de reforma social. Reconhecia nessas idéias a influência de John Dewey e dizia que muitas concepções em vigor naquele momento haviam norteado mais tarde o conceito de “educação fundamental” ou “educação de base” no sentido empregado pela UNESCO.

Na segunda parte do relatório, o autor refere-se ao período de subida de Lazaro Cárdenas ao poder, quando foram modificados os preceitos constitucionais referentes à educação. Segundo Lourenço Filho, o Ministério da Educação mexicano teve que enfrentar o capital problema da formação e orientação dos mestres. A solução, foi o aproveitamento de elementos locais, escolhidos em cada comunidade onde pudesse abrir uma “casa del Pueblo”.

Na seqüência discorre com detalhes sobre a trajetória das missões culturais desde a primeira implantação no México, cuja relevância assinala: “Representam, por outro lado, contribuição original da pedagogia mexicana à pedagogia universal, como processo de ‘educação fundamental’ agora aceito por outros diversos países, que defrontam problemas de cultura similares.” (p. 26). Para confirmar suas impressões apresenta quadros da expansão das escolas, das missões e dos professores no ensino rural mexicano.

No capítulo terceiro, o mais longo de todos, Lourenço Filho faz uma descrição minuciosa da ação do governo federal mexicano em relação à educação popular, por meio das missões culturais e de outros processos de extensão cultural, dando ênfase às missões culturais.

Apresenta então um balanço criterioso da situação dos múltiplos serviços de educação rural existentes no México na época: a campanha nacional contra o analfabetismo, os serviços da Diretoria Geral de Assuntos Indígenas, os serviços da Diretoria Geral de Ensino Agrícola, os da Diretoria de Ação Social e as atividades de extensão cultural.

Ressalta os aspectos administrativos e técnicos que abalizam uma avaliação sobre possibilidades e limites das experiências em curso. Nada escapa ao olhar atento do educador investigador – os aspectos materiais, o recrutamento de professores e a atuação da inspeção técnica.

Na última seção do relatório, ele faz uma avaliação geral da educação rural no México em termos de tendências, resultados e perspectivas. Parte da evolução do pensamento de reforma social para, em seguida, tecer considerações sobre política educacional examinando as prescrições para a educação contidas na Constituição do país. Ele Transcreve parte do documento intitulado “Doutrina da Educação Rural Mexicana”. (p. 82 – 85) e finalmente pondera sobre as perspectivas do movimento ressaltando 4 linhas adotadas pela educação rural no México: a) o movimento de educação rural que havia surgido com feição autônoma, mas no momento estava buscando integrar-se no sistema geral de educação do país; b) a intenção política inicial de atendimento da população indígena “sob a inspiração dos ideais revolucionários”, tendia a se transformar em ação técnica; c) a concepção de que os problemas de vida de cada povoação poderiam ser tratados de per si, sucedia a compreensão mais ampla que intenta soluções regionais; d) a revisão da idéia de que as crianças das povoações rurais deveriam ser preparadas especialmente para as atividades rurais.

Na conclusão do relatório sublinha mais uma vez a importância da educação rural mexicana como referência para os demais países. “O movimento de educação rural, que se desenvolve no México, há mais de trinta anos, oferece abundante material para estudo de questões de sociologia educacional e de política da educação; apresenta também documentação de grande importância para esclarecimento de problemas de administração e organização escolar, e, e, particular, dos de organização das técnicas de ‘educação fundamental’.” (p. 89)



### **Considerações finais**

Com o texto Educação Rural no México, Lourenço Filho oferece ao governo e aos educadores brasileiros uma referência exemplar sobre educação rural. Da experiência mexicana profundamente marcada pelos processos de revolução social, o autor extrai mais os elementos técnico-pedagógicos que convinham à realidade brasileira. Nesse sentido, no texto de Lourenço Filho perde força política a luta dos camponeses pela terra, motivação norteadora da pedagogia social mexicana, enquanto são enfatizadas as missões rurais, vistas como poderosas estratégias de intervenção na vida dos moradores das regiões rurais. Dessa maneira, a referência aos princípios revolucionários que mobilizaram e alimentaram a pedagogia social presente nas práticas de educação rural mexicanas é apenas um componente da trajetória histórica do movimento, pois interessa mais ao autor assinalar a reconfiguração do movimento no contexto democrático. Como tanto outros autores que buscaram descrever o sistema educacional de outros países, Lourenço Filho também operou com uma imagem invertida cunhando uma interpretação a partir dos seus próprios valores e das suas concepções sobre a educação rural em conformidade com o que acreditava ser válido para a sociedade brasileira (SCHRIEWER, 2000).

Fato é que o Ministério da Educação do Brasil já estava planejando adotar no país um programa de educação de base fundamentado nas “missões culturais”. A visita de Lourenço Filho ao México e a produção de seu relatório serviram como justificação e legitimação das ações de reforma em implantação no país.

A referência ao exemplo estrangeiro, no caso, o México corroborava a intencionalidade de introduzir novas práticas e de atualizar a educação brasileira aos padrões em circulação no âmbito internacional (Phillips & Ochs, 2002). Não se buscava uma cópia ou uma transferência unilateral, mas uma apropriação seletiva na qual o argumento estrangeiro validava as proposições de colorido nacional.

## Referências

- BARREIRO, Iraíde M. F. *Cidadania e educação rural no Brasil: um estudo sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (1952 – 1963)*. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- BARREIRO, Iraíde M. F. Articulação entre desenvolvimento econômico e educação nos países latinos: Educação rural no Brasil – anos cinquenta. In: *Proj. História*. São Paulo, n. 32, p. 123-142, jan. 2006.
- FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (orgs.). *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MEC- Inesp-Comped, 2002, p. 746-754.
- LOURENÇO FILHO, M. B. A educação rural no México. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Ministro da Educação e Saúde, Dr. Simões Filho. Rio de Janeiro, dez. 1951.
- LOURENÇO FILHO, M. B. A educação rural no México. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XVII, n° 45, Rio de Janeiro, p. 108 – 198, jan./ mar. 1952.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *Educação comparada*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1961. (Obras completas de Lourenço Filho, v. V).
- MISSÕES RURAIS DE EDUCAÇÃO. A experiência de Itaperuna. Uma tentativa de organização da Comunidade. Contribuição para o Serviço Social Rural. Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1952. (Série Estudos Brasileiro, n° 3).
- NÓVOA, António. *Histoire et comparaison: essais sur l'éducation*. Lisboa: Educa, 1998.
- NÓVOA, António & YARIV-MASHAL, Tali. Comparative research in education: a mode of governance or a historical journey? *Comparative Education*, v. 39, n. 4, p. 423-438, nov. 2003.
- NÓVOA, António. Modelos de análise de educação comparada: o campo e o mapa. In: SOUZA, Donaldo B.; MARTÍNEZ, Silvia A. (orgs.). *Educação comparada: rotas de além-mar*. São Paulo: Xamã, 2009, p. 23-62.
- PHILLIPS, David; OCHS, Kimberly. Processes of policy borrowing in education: some explanatory and analytical devices. *Comparative Education*, v. 39, n° 4, Nov. p. 451 – 461, 2003.
- PHILLIPS, David; OCHS, Kimberly. Researching policy borrowing: some methodological challenges in comparative education. *British Educational Research Journal*. V. 30, n° 6, Dec., p. 773 – 784, 2004.
- SCHRIEWER, J. Estados-modelo e sociedade de referência: externalização em processos de modernização. In: NÓVOA, A; SCHRIEWER, J. *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000, p. 103 – 140, (Educa História, 4)

SCHRIEWER, Jurgen. Educación comparada: um programa ante nuevos desafíos. In: *Formación del discurso en la educación comparada*. Barcelona: Ediciones Pomares, 2002.

WARDE, Mirian J.. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*, n° 5, p. 125 – 167, jan./jun., 2003.